

Do livro:

BERNADO, E. S.; MAIA, H.; MIZRAHI, S. E. *Escolas inclusivas: construindo educação coletivamente*. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial, 2016.

Por

Clara Corrêa da Costa

correa.clara@outlook.com

Colégio Pedro II

Visando contribuir para o debate sobre o desafio da inclusão para a campo educacional, Elisângela da Silva Bernado, Helenice Maia e Saul Eliahú Mizrahi organizam o livro “Escolas inclusivas: construindo educação coletivamente”, composto por artigos produzidos por autores que se debruçam sobre essa temática.

A coletânea, recomendada a professores e acadêmicos, discute, de forma dinâmica, o cenário atual da educação inclusiva, a partir do relato de experiências, políticas e práticas desenvolvidas sobre a temática. O encadeamento das ideias apresentadas pelos artigos leva o leitor a uma reflexão acerca do – ainda – desafio que é considerada a inclusão na realidade das escolas brasileiras.

O livro é parte integrante do projeto “Gestão Escolar para a Escola Inclusiva: metodologias de ensino e objetos pedagógicos como facilitadores do processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência”, que conta com o apoio da FAPERJ. Tendo em vista a necessidade de se considerar a diversidade que se constitui a Educação, foram convidadas a integrar o campo de investigação as redes municipais de ensino de São João de Meriti, Niterói, Maricá, Itaguaí e Belford Roxo, além da Escola Cinecista de Rio Bonito, da rede particular. Valorizando suas especificidades, os autores consideram o campo bastante promissor em termos de contribuição para a investigação de práticas inclusivas que vêm sendo desenvolvidas e posterior promoção de ações pedagógico-administrativas que contribuam para a formação continuada dos professores que promovem a inclusão da pessoa com deficiência.

A inclusão social é uma temática que se faz cada vez mais presente, não apenas na área da Educação, mas, também, na Saúde, Tecnologia, Políticas Públicas, entre outras. Profissionais das mais diversas áreas do conhecimento vêm buscando a efetivação de práticas que promovam a igualdade de condições para o cidadão, sem deixar de valorizar a diversidade do ser humano. Considerando essa realidade, o projeto

também conta com a contribuição de pesquisadores de áreas que, embora ainda não tenham sido exploradas, são identificadas como necessárias para que se busque impulsionar ações que permitam consolidar a prática da inclusão. Assim, o livro apresenta artigos de pesquisadores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Estácio de Sá (UNESA), do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), participantes do projeto, além de convidados que compartilham a concepção de que a Educação compreende uma construção coletiva, calcada nos princípios de respeito, convivência, solidariedade e justiça.

O primeiro artigo da coletânea, “Gestores de escolas públicas cariocas e representações sociais de escolas eficazes: fatores contextuais de boas práticas”, produzido por Elisângela da Silva Bernado (UNIRIO) e Helenice Maia (UNESA), aborda a temática da eficácia escolar. Tomando como base pesquisas realizadas nos últimos 30 anos, as autoras apontam outros fatores, para além do desempenho do aluno, que contribuem para que uma escola seja considerada (ou não) eficaz, tais como a estrutura organizacional da instituição, a estabilidade do corpo docente, o envolvimento da comunidade escolar, as características dos alunos e o contexto social no qual a escola está inserida. E, partindo desse princípio, assumem o ponto de vista no qual se baseiam para o desenvolvimento da pesquisa: a eficácia escolar compreende o desempenho do aluno, o clima organizacional e de trabalho da escola.

As pesquisadoras apresentam, neste artigo, os resultados de um estudo piloto com cinco gestores de escolas municipais do Rio de Janeiro, em que se adotou como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais, na perspectiva moscoviciana, por utilizar conceitos relativos a crenças, valores e atitudes, o que favorece a compreensão da realidade. Os resultados, identificados a partir do discurso dos entrevistados, apontam para fatores pedagógicos e administrativos como condições para que as escolas sejam verdadeiramente consideradas eficazes.

O segundo artigo, “Gestão estratégica com Balanced Schorecard na escola inclusiva” é de autoria de Saul Eliahú Mizrahi (INT). Diante da realidade vivenciada por diversas instituições de ensino, que têm suas possibilidades de desenvolvimento reduzidas, por conta de uma visão monocultural, que não propicia a participação ativa de seus membros, o pesquisador apresenta uma proposta de gestão estratégica para escolas de Ensino Básico com princípios de Balanced Schorecard (BSC), partindo de uma visão multicultural crítica. De acordo com essa abordagem, busca-se o sucesso escolar a partir da valorização da diversidade cultural.

O autor aponta a necessidade de se tratar de conflitos e competências multiculturais como forma de superá-los. A estrutura para aplicação do BSC deve favorecer a intersubjetividade, em que se estabeleça um ambiente de confiança, propiciando iniciativas de negociação e tolerância. Segundo ele, a sua aplicação na gestão de escolas é bastante promissora para uma possível maior eficiência do sistema educacional.

No terceiro texto da coletânea, “Gestão democrática no Estado do Rio de Janeiro: algumas reflexões a partir dos Planos de Ações Articuladas”, Alzira Batalha Alcântara (UERJ/UNESA) e Renata Maldonado da Silva (UENP) abordam a temática relativa à gestão democrática. Tomando como base os dados dos Planos de Ações Articuladas de cinco municípios do Estado do Rio de Janeiro, no quadriênio de 2007 a 2010, sendo eles Belford Roxo, Itaguaí, Maricá, Niterói e São João de Meriti, as pesquisadoras fazem uma análise acerca da gestão democrática, especialmente no que se refere à autonomia escolar.

De acordo com os resultados obtidos pela pesquisa, embora o aparato legal venha contribuindo para a promoção da autonomia, a partir da consolidação de diferentes conselhos, ela ainda é considerada um desafio a ser superado na maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Tendo em vista que a implementação de uma lei não garante o seu cumprimento, para que a promoção da autonomia verdadeiramente ocorra, os conselhos precisam ir além do “como fazer”. Portanto, para que se efetive uma gestão democrática, em que a comunidade escolar de fato tenha participação, não sendo requisitada apenas para legitimar decisões de cujos processos de discussão esteve alheia, faz-se necessária uma mobilização e organização da sociedade civil.

O quarto artigo, “Formação dos professores: fator fundamental para o desenvolvimento de uma política de inclusão escolar”, desenvolvido por Marcia Lisbôa Costa de Oliveira (UERJ) e Lúcia Helena Abreu Eletério (UNESA), trata eminentemente da formação de professores em curso de licenciatura na ótica da educação inclusiva.

Para a realização da investigação, foi selecionada como metodologia a análise documental, considerando o contexto histórico e social de sua elaboração, os paradigmas que orientam seus autores e sua lógica interna. O conjunto de documentos analisados compreende leis, decretos, portarias, pareceres e diretrizes publicados no período de 1988 a 2014, além dos dois planos nacionais de educação que entraram em vigor nesse período.

De acordo com as análises feitas, as autoras salientam que a falta de diretrizes claras e objetivas no que diz respeito à formação do professor para atuar em ambientes

escolares em que se faça necessário o trabalho de inclusão tem ocasionado o desenvolvimento de práticas pedagógicas que se distanciam dos princípios de educação inclusiva apresentados pelos próprios documentos.

O quinto artigo, “A formação de professores e o Curso Bilíngue de Pedagogia do INES”, de autoria de Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro da Silva (INES) e Ana Luísa Antunes (PUC- Rio), também apresenta uma discussão sobre a formação de professores voltada para a educação inclusiva. No entanto, trata-se de um texto mais específico, que aborda a inclusão de surdos, a partir de uma experiência que vem sendo desenvolvida no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O diferencial desse curso é um currículo que abandona a tradicional organização sequencial de conteúdos e disciplinas, possibilitando ao licenciando estabelecer uma rede de significações entre os conteúdos disciplinares.

Os resultados identificados sugerem que, embora o curso venha desenvolvendo práticas efetivas de preparação do licenciando para atuarem com a inclusão de surdos no ambiente escolar, ainda há muitos desafios a serem superados, tais como: a dificuldade por parte dos alunos surdos de ler materiais em linguagem acadêmica, a interação entre os alunos surdos e os demais alunos, a aprendizagem efetiva da Língua de Sinais por parte dos professores, além da dificuldade em articular pesquisa, ensino e extensão. Portanto, na busca pelo aperfeiçoamento, as pesquisadoras enfatizam a necessidade de se pensar a transformação não apenas dos professores, mas também da comunidade escolar, num esforço ético e político, que valorize a diversidade da Educação.

No sexto artigo da coletânea, “Políticas públicas de Educação: uma trajetória de inclusão escolar de pessoas com deficiência”, Nelma Alves Marques Pintor (UNESA / Secretaria Municipal de Educação de Niterói / RJ) propõe uma análise da trajetória das políticas públicas voltada para a educação especial nos sistemas educacionais brasileiros.

De acordo com a análise feita pela pesquisadora, a trajetória das políticas educacionais evidencia o tratamento diferenciado com que vêm sendo tratados os alunos com deficiência, desde o século XX até os dias atuais, passando de uma postura excludente para um atendimento segregado em instituições exclusivas, progredindo para um ensino compartilhado em ambientes comuns a todos os alunos, conforme proposto pela educação inclusiva. A autora acredita que o crescente desenvolvimento de pesquisas em áreas como Direitos Humanos, Educação e Saúde colaboraram para a alteração da legislação e de práticas educacionais, embora tenha clareza de que a legislação por si só não executa mudanças. A mudança de uma cultura excludente para uma cultura de inclusão social é um processo de transformação que requer tempo para se efetivar. No

entanto, o direito à Educação em escolas regulares de ensino poderá ser mantido, desde que haja investimentos de recursos por parte do governo e que o poder público e a sociedade busquem a consolidação de uma democracia emancipatória.

O sétimo texto, “Desafios da inclusão em uma escola especializada: relatos de ações multidisciplinares bem sucedidas”, de Marcia Noronha de Mello (IBC) e Elisângela da Silva Bernado (UNIRIO), apresenta uma reflexão acerca do papel de escolas especializadas na área da educação especial frente às diretrizes educacionais do País.

As autoras fazem um breve estado da arte, abordando conceitos como interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, inclusão social, laboral e educacional, considerados norteadores dos programas de inclusão, e apresentam um estudo de caso desenvolvido no Instituto Benjamin Contant (IBC).

Embora considerem uma tarefa difícil defender o papel de tais escolas, as pesquisadoras afirmam que não se pode deixar de considerar as inúmeras ações desenvolvidas em instituições centenárias, como o IBC, que tem como objetivo habilitar, reabilitar e educar a pessoa com cegueira. Portanto, constatam a urgência em se ampliar o debate acerca do papel das escolas especializadas na área da educação especial.

O último texto desta coletânea, “Tecnologia assistiva para as instituições de ensino: inovações para a educação inclusiva”, que tem como autores Anna Haydee Lanzillotti Jannuzzi, Janete Rocha Cicero e Saul Eliahú Mizrahi (INT), apresenta os resultados e ações decorrentes do projeto “Gestão Escolar para Escola Inclusiva”, desenvolvido pelo INT, em parceria com escolas, universidades e empresas, no período de 2009 a 2015, em que se buscou soluções para o atendimento ao modelo de escola inclusiva.

Impactos sociais e econômicos foram gerados a partir do projeto desenvolvido, apresentados sob forma de produtos, processos e metodologias. Os autores apontam como impacto social o conhecimento gerado, que contribuirá para a inclusão da pessoa com deficiência através do desenvolvimento de habilidades. Em relação aos impactos econômicos, destacou-se a produção de objetos pedagógicos, programas de computador e equipamentos especializados. É válido ressaltar que esses resultados tornam-se possíveis a partir da implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento à pessoa com deficiência.

Considerando a riqueza com que o assunto é apresentado pelos textos que compõem este livro, pode-se depreender de sua leitura que, embora muitas ações tenham sido desenvolvidas no sentido de se tentar garantir a inclusão no ambiente escolar brasileiro, muito ainda há de ser feito. Os autores alertam para a necessidade de se repensar as práticas que vêm sendo desenvolvidas, em busca de uma educação

efetivamente democrática, de qualidade, com igualdade de oportunidades e valorização da diversidade.

Submetido em 29/03/2017, aprovado em 19/04/2017